

**GUERRILHEIRAS E BIOGRAFIAS: A IMAGEM DA MULHER MILITANTE
NOS CICLOS DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA**

Juliana Marques do Nascimento

Doutoranda – PPGH-UFF

juliana.mar08@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em 29 de maio de 1971, o periódico *Jornal do Brasil* publicou uma transcrição de documentos apreendidos na casa do ex-capitão do Exército e líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Carlos Lamarca, após a invasão de um apartamento, organizada pelos órgãos de segurança da repressão. Essa reportagem, que mencionava a “amante” de Lamarca, Iara Iavelberg, contém um texto dedicado apenas a ela, sob o título “Ficha de Iara”:

Segundo os dados liberados, Iara Yavelberg [sic] era casada em São Paulo com um médico, que desquitou-se dela ao surpreendê-la, seis meses após o casamento, em uma **festinha** com estudantes. (...)

Informam que ela conheceu Lamarca nos quadros do terrorismo, através de Breno, e após algum tempo passou a viver com êle. Tem participado de atividades terroristas e estêve em Registro, tendo “abandonado a área por haver contraído doença grave em órgão genital, segundo declarações de terroristas presos” (REDAÇÃO, 1971, p. 14).

O vocabulário empregado no texto é depreciativo, com o objetivo de deslegitimar as atividades de Iavelberg, pessoais e políticas. Até mesmo uma possível doença ginecológica foi usada para desmerecê-la. Nota-se que a notícia foi publicada no contexto da ditadura civil-militar, reafirmando a posição determinada pelo regime a respeito de seus opositores.

Pouco mais de vinte anos depois, em 26 de abril de 1992, o mesmo periódico publicou uma reportagem intitulada “Iara à semelhança de Olga”, com texto-chamada na capa e duas páginas dedicadas à matéria. Noticiando o lançamento de biografia de Iavelberg, a jornalista Marília Martins descreveu a biografada:

Iara Iavelberg, militante de quatro organizações clandestinas nos anos 70, a mulher que virou a cabeça do legendário capitão Carlos Lamarca, acaba de chegar às livrarias como tema de uma impecável reportagem biográfica. Singelamente intitulado *Iara*, o volume (...) faz um retrato de sua protagonista à imagem de Olga Benário, tão trágica e tão indomável quanto a primeira mulher de Carlos Prestes (MARTINS, 1992, p. 3).

O discurso utilizado nesta reportagem tem caráter oposto ao da notícia anterior. Iara foi representada como heroína, assim como Olga Benário. Não é mais *terrorista*, e sim *militante*. Lamarca foi descrito como *legendário*. Em 1992, a democracia já havia sido restaurada há 4 anos, com a promulgação da Constituição de 1988, permitindo a circulação de ideias antes censuradas e o debate sobre trajetórias de vida de opositores do regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964, como Iara Iavelberg.

Assim, este trabalho propõe analisar obras biográficas e de trajetórias de vida de mulheres que se engajaram na luta armada durante a ditadura civil-militar, com a intenção de contribuir para uma história da memória da ditadura, analisando como os discursos sobre seus engajamentos foram elaborados, influenciados pela conjuntura democrática.

Dois livros serão estudados, publicados em contextos sociais e históricos distintos – ambos após a redemocratização. São eles:

- *Iara: uma reportagem biográfica* – Judith Patarra, 1992, editora Rosa dos Tempos, biografada Iara Iavelberg;
- e *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil* – Ricardo Batista Amaral, 2011, editora Sextante, biografada Dilma Rousseff.

As obras foram escolhidas por terem sido escritas em diferentes períodos e, assim, por trazerem memórias diversas sobre o mesmo passado – a ditadura. Além disso, os livros examinam trajetórias de mulheres distintas na luta revolucionária, demonstrando uma pluralidade de lugares da atuação feminina nas esquerdas nos anos 1960 e 1970.

Através do desenvolvimento de uma *história da memória*, conforme proposto por Lvovich e Bisquert (2008, p. 10), é possível realizar uma análise “da evolução das formas e os usos do passado feitos por grupos significativos sobre um período dado, em geral vinculado ao processamento de experiências fortemente traumáticas”. Janaina

Cordeiro (2012, p. 320) justifica a necessidade de um estudo sobre a memória: apesar de grande importância política, não se pode contentar com as *simplificações da memória*. A memória não pode ser considerada história e nem substituí-la. É nesta perspectiva que este estudo se insere.

IARA IAVELBERG

Iara Iavelberg foi militante de organizações revolucionárias durante a ditadura civil-militar, entre elas a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Nasceu em 7 de maio de 1944, em São Paulo. Seus familiares eram judeus imigrantes – húngaros na parte materna e romenos na paterna.

Em 1964, iniciou o curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FREDERICO & PAMPLONA, 2014), na época localizada na Rua Maria Antônia, epicentro do movimento estudantil nos anos 1960. Após algum tempo cursando a universidade, iniciou sua militância na POLOP, organização na qual o irmão Samuel já militava (FREDERICO & PAMPLONA, 2014).

Em 1965, tornou-se professora do cursinho do Grêmio da faculdade de Psicologia, graças à participação na POLOP. Seu engajamento, inicialmente, girava muito em torno do movimento estudantil, com ações voltadas para decisões sobre a estrutura do curso e a instituição em geral. Chegou a ser presidente do “Centrinho” – Associação Universitária dos Estudantes de Psicologia (MONCAU, 2013). Em meados de 1967, conforme aponta a colega Ecléa Bosi, “dona Anita¹ [sic] a convidou para ser professora de Psicologia Social e ela chegou a ser docente, mas logo partiu para a clandestinidade” (MOURA, 2014).

Em 11 de julho de 1968, Iara foi presa com o então namorado Silvério Soares Ferreira (SÃO PAULO, 1968), também militante da POLOP, e ambos foram levados para

¹ Annita de Castilho Cabral foi professora e chefe da cadeira de Psicologia do curso de Filosofia da FFCL – USP entre 1947 e 1968. Disponível em: <http://200.144.182.66/memoria/por/pessoa/508-Annita_de_Castilho_Cabral>. Acesso em: 1 ago. 2019.

o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), detenção que originou seu registro no órgão de segurança (DOPS, 1968).

Em 1967, por ocasião do racha da POLOP, Iara passou a integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – uma das organizações formadas pelos dissidentes². Nessa organização, sua principal função era alugar apartamentos que serviriam como aparelhos³ e promover assistência teórica ao círculo de estudos que funcionava à noite em Quitaúna, Osasco. Iara trabalhava como uma espécie de professora/mediadora, auxiliando os militantes com as leituras consideradas fundamentais – obras teóricas marxistas-leninistas e sobre as funções da guerrilha. Carlos Lamarca – guerrilheiro que, com o tempo, se tornou famoso sobretudo no imaginário das esquerdas brasileiras – também integrante da VPR neste período, passou a frequentar as reuniões. Com o tempo, desenvolveram um relacionamento amoroso.

Após a constituição da VAR-Palmares, Iara e Lamarca passaram a integrar a organização. Por meio desta, Iara participou do treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. Foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 1979, trechos do processo contra seus integrantes. Nesse texto, constam alguns entendimentos dos órgãos de segurança a respeito da atuação política de Iara enquanto ainda viva:

Yara Yavelberg [sic], ao lado de Dilma Vana e Miriam Abramovay, é a figura relevante de mulher dentro da VAR-Palmares. Tão ativa é a sua participação nos movimentos subversivos que Maria Cora Sacomani, ainda antes da própria existência da VAR, participou de reuniões clandestinas na casa de Miriam e dos Iavelbergs. Dilma Vânia [sic] coloca Yara [sic] entre as figuras que se sobressaíam. (...) Não há dúvida sobre a sua criminosa atuação (SÃO PAULO, 1979, p. 104).

Posteriormente à captura do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, liderada por Lamarca, o casal passou a ser ainda mais procurado pelas autoridades da

² A outra seria o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Cf. COELHO, Eurelino. SANTOS, Igor Gomes. Para a história da POLOP (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. *Anais... XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300874101_ARQUIVO_POLOPANPUHI.pdf>. Acesso: 20 dez. 2018.

³ “Aparelho, no contexto da ditadura militar no Brasil, referia-se a um local (apartamento ou casa) usado como refúgio por uma "célula" (grupo de ativistas com ideal e atuação afins) de organização política clandestina e servindo também para a realização de reuniões, guarda de material de propaganda, dinheiro, armas, etc.” Fonte: APARELHO (POLÍTICA). In: Wikipédia, 23 ago. 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Aparelho_\(pol%C3%ADtica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aparelho_(pol%C3%ADtica))>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ditadura. Assim, entre 1970 e 1971, mudaram-se para o Rio de Janeiro, para integrarem-se ao MR-8 (FREDERICO & PAMPLONA, 2014).

Com o aumento das prisões de militantes no Rio de Janeiro, ambos foram enviados para a Bahia: o capitão para o sertão, próximo ao Rio São Francisco, e Iara para Feira de Santana e, depois, por motivos de segurança, para Salvador (FREDERICO & PAMPLONA, 2014).

Em 20 de agosto de 1971, policiais do DOI-Codi invadiram o aparelho onde Iara estava abrigada em Salvador com outros companheiros – ação integrante da chamada Operação Pajussara. A respeito da morte de Iara, o relatório da ação narra: “IARA IAVELBERG, a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho; sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971)”. O mesmo relatório, no subtópico “principais ensinamentos” afirma:

Mesmo assim, considera-se que houve certa precipitação no deslocamento inicial das equipes para a área de Operações, apesar da evolução rápida dos acontecimentos em SALVADOR, com a morte de IARA, e a possibilidade de tal fato chegar ao conhecimento de LAMARCA, provocando a sua saída da Região de BROTAS DE MACAÚBAS (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971).

Como se pode observar no trecho acima, a morte de Iara – apesar de oficialmente ter sido um “suicídio” – foi considerada como consequência das ações da operação, precipitadas. Mesmo assim, a tese do suicídio permaneceu um consenso e foi apropriada por diversos historiadores e jornalistas.

Durante muitos anos, porém, a família Iavelberg lutou para que o corpo de Iara fosse exumado e essa teoria pudesse ser contestada. Em 1997, os Iavelberg apresentaram caso à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e, durante o processo, várias testemunhas corroboraram com a tese de assassinato, em vez de suicídio. Em 2003, a demanda da família finalmente foi aceita e uma perícia, realizada pelo professor Daniel Romero Muñoz, da Universidade de São Paulo (BRASIL, 2014, p. 697), concluiu que a ferida causada pela bala seria incompatível com um suicídio (PAMPLONA, 2009, p. 1). Constatou-se, assim, que Iara Iavelberg foi assassinada, em 20 de agosto de 1971, aos 28 anos (FREDERICO & PAMPLONA, 2014).

DILMA ROUSSEFF

Dilma Vana Rousseff foi a primeira presidenta mulher do Brasil, eleita por dois mandatos consecutivos, mas já estava engajada politicamente desde a juventude. Foi militante de organizações revolucionárias durante a ditadura civil-militar, entre elas a POLOP, COLINA e VAR-Palmares. Nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte.

Dilma estudou o Curso Clássico⁴ no Colégio Estadual Central de BH, entre 1964 e 1966, onde iniciou sua militância política (AZEVEDO, 2010), por volta dos 16 anos, quando se engajou na POLOP. Sua principal função na organização era a de editar o jornal clandestino *O Piquete*, “voltado para o trabalho de base no meio operário e sindical” (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, s./d.).

Em 1967, Dilma ingressou no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – o qual não conseguiu concluir, pois em 1969 partiu para a clandestinidade. Ainda em 1967, por ocasião do racha da POLOP, houve a formação de dois grupos dissidentes, entre eles o Comandos de Libertação Nacional (COLINA) – inicialmente chamada de O. [ó pontinho] (OLIVEIRA, 2007, p. 14). Dilma migrou para o COLINA (LEITE, 2009, p. 112), onde atuava no Setor Operário, no qual retomou a publicação d’*O Piquete*. Em seu auto de qualificação e interrogatório – sob tortura – consta que:

(...) tendo em vista os últimos reveses a dissidência da POLOP [COLINA] resolveu ressuscitar um jornal que havia sido da POLOP, de nome PIQUETE, cuja tônica do noticiário era diatribes à linha da AP, no que diz respeito a deflagração de greves, no dizer dos articulistas, precipitadas (...) (DOPS, 1970, p. 1332).

Dilma também era responsável pela organização de cursos de marxismo para os outros integrantes da organização, como demonstram as informações que forneceu aos agentes de segurança, sob tortura: “(...) a indagada teve oportunidade de ministrar dois

⁴ Modalidade que corresponde ao atual Ensino Médio, com duração de três anos, porém, com foco nas Ciências Humanas e área de Letras.

cursos de capacitação política marxista [sic] para uma célula do Setor Operário” (DOPS, 1970, p. 1333).

Em relação às ações armadas, não há evidências concretas da participação direta ou não de Dilma; contudo, é fato que a organização as realizou durante o período de seu engajamento: “três assaltos a banco e um atentado a bomba (...); que, lembra-se a interroganda que o ataque a bomba por ela referido foi praticado na casa do Interventor do Sindicato dos Metalúrgicos; atingindo também a casa do Delegado Regional do Trabalho, pois as residências eram contíguas” (DOPS, 1970, p. 1333). Ainda assim, a opção pelo engajamento em uma organização revolucionária já presumia o envolvimento com atividades armadas, independentemente de “direto” ou não.

No início de 1969, com o aumento das prisões de militantes do COLINA, Dilma teve que partir para a clandestinidade, na cidade do Rio de Janeiro. Lá, tinha funções cada vez mais relevantes na organização: “(...) nas vésperas da fusão da COLINA com a VPR a interroganda e ERBERT [sic] foram designados para integrarem o Comando Geral da COLINA (...)” (DOPS, 1970, p. 1336). Segundo o jornalista Luiz Maklouf, ela ficou responsável pelo transporte de armas e munição, participação em reuniões e produção de documentos (CARVALHO, 2009). Como parte da liderança da COLINA, Dilma participou da reunião em Mongaguá, ainda em 1969, que iniciou a fusão desta organização com a VPR e, posteriormente, da reunião que ratificou a união, formando a VAR-Palmares (DOPS, 1970, p. 1334).

Dilma não integrou o Comando Nacional da VAR, mas passou a compor a Assessoria do Comando do Setor de Lutas Secundárias, responsável pela administração de regiões sem “colunas”⁵ guerrilheiras, setor dirigido por “Max” – o advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo.

Em decorrência do “racha dos sete”, a saída de Lamarca e outros companheiros da VAR por divergências políticas, Dilma voltou às atividades de formação na organização: era a responsável pela coordenação do Setor Operário e do Setor Estudantil e “ministrava aulas de marxismo-leninismo para as duas células” (DOPS,

⁵ Segundo Domenico Hur, “o foco devia se organizar como uma Coluna Guerrilheira em deslocamento, sendo base do futuro Exército Guerrilheiro. Quando mais organizado, poderia adquirir as características de um Exército Regular, que poderia combater e vencer o Exército do Estado”. HUR, Domenico Uhg. Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra. **Mnemosine**, v. 8, n. 2, 2012, p. 8

1970, p. 1341), para integrantes do movimento estudantil e operário, um cargo de extrema importância.

Em 16 de janeiro de 1970, Dilma foi presa e levada ao DOI-Codi, na Rua Tutóia, São Paulo. A partir desse dia, a militante foi duramente torturada durante a realização dos interrogatórios. Seu registro oficial, no entanto, foi apenas feito no dia 19 de fevereiro, quando ela foi transferida para o DOPS, no Largo General Osório (DOPS, 1970b). Em depoimento à Comissão de Direitos Humanos, em 2001, Dilma explicou esse fato: só se passava a existir legalmente ao chegar no DOPS (CEIVT, 2001, p. 1). Ela permaneceu encarcerada por cerca de 3 anos, sendo transferida constantemente entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – três estados onde foi processada pela Justiça Militar.

Em maio de 1970, ocorreu sua primeira transferência para Minas Gerais, com o objetivo de prestar depoimento à Auditoria da 4ª Circunscrição Jurídica Militar (CJM) realizada na cidade de Juiz de Fora. A respeito dessa época, Dilma relatou:

Mas, depois do depoimento [à Auditoria], eu fui levada, (ou melhor teria de ser levada para SP), mas fui colocada num local (encapuçada) que sobre ele tinha várias suposições: ou era uma instalação do Exército, ou Delegacia de Polícia. Mas acho que não era do Exército, pois depois estive no QG Exército e não era lá. Nesse lugar ficou sendo interrogada sistematicamente e queriam que entregasse os contatos de PM [Polícia Militar] ou PC [Polícia Civil] para viabilizar a fuga do Angelo [Pezzuti]. Não era sobretudo sobre minha militância em MG. Supuseram que, tendo apreendido documentos do Angelo que integram o processo, achavam que nossa organização tinha contatos com a PM ou PC mineira que possibilitassem fugas de presos. Acredito ter sido por isso que a tortura foi muito intensa, pois não era presa recente; não tinha “pontos” e “aparelhos” para entregar (CEIVT, 2001, p. 2).

Também foi torturada no 1º Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, localizado na Rua Barão de Mesquita, para onde foi transferida provavelmente em dezembro de 1971. Dilma, a respeito da experiência vivida nesse local, relatou: “dentro da Barão de Mesquita (RJ) ninguém via ninguém. Havia um buraquinho, na porta, por onde se acendia cigarro” (CEIVT, 2001, p. 3).

Foi transferida novamente para Minas em janeiro de 1972:

Quando voltei para o julgamento, me colocaram numa cela, na 4ª Cia de PE, 4ª RM, lá apareceu outra vez o DOPS que me interrogava. Mas foi um interrogatório bem mais leve. Fiquei esperando o julgamento lá dentro. Um dia, a gente estava nessa cela, sem vidro. Um frio de cão. Eis que entra uma bomba de gás lacrimogênio, pois estavam treinando lá fora. Eu e Terezinha ficamos queimadas nas mucosas e fomos para o hospital (CEIVT, 2001, p. 3).

A respeito das sevícias sofridas, Dilma, no depoimento concedido em 2001, afirmou: “as marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim” (CEIVT, 2001, p. 4).

No processo de Minas Gerais, Dilma foi condenada à pena de um ano de detenção (BNM 158, s./d.), com base no artigo 36⁶; no Rio de Janeiro, a um ano e um mês (BM, 186, s./d.); em São Paulo, a quatro anos, com base no artigo 14⁷, e teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos (BNM 095, s./d.).

Como o Supremo Tribunal Militar reduziu sua pena para dois anos e um mês (ÉPOCA, 2016), em meados de 1972, Dilma foi solta e passou a viver em Porto Alegre, próximo ao local em que seu então marido, Carlos Franklin Paixão de Araújo, permanecia preso. Nesse período, ela retomou os estudos interrompidos por conta da ida para a clandestinidade, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e teve seu primeiro emprego: foi estagiária da Fundação de Economia e Estatística (FEE) em 1975 (GOVERNO DO BRASIL, 2011). Em 1977, constava na lista de “subversivos” que trabalhavam em estatais, elaborada pelo ministro do Exército, Sylvio Frota (OESP, 1977, p. 12).

No período de transição para a democracia, a partir de 1979, Dilma participou ativamente das discussões que deram origem ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao qual permaneceu filiada até 2001. Através do PDT, ocupou cargos em diversos governos: Secretária da Fazenda, diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, Secretária Estadual de Minas, Energia e Comunicação do Rio Grande do Sul e, na década de 1990, retornou à Fundação de Economia e Estatística, desta vez como diretora (GOVERNO DO BRASIL, 2011).

Filiou-se ao PT em 2002, integrando a equipe de transição dos governos Fernando Henrique Cardoso – Luiz Inácio Lula da Silva. Após a posse de Lula, foi nomeada Ministra de Minas e Energia. A partir de 2005, com o afastamento de José

⁶ Art. 36. Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual fôr o motivo ou pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso: Pena -detenção, de 1 a 2 anos. BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, 13 mar. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁷ Art. 14. Divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade o crédito ou o prestígio do Brasil: pena -detenção, de 6 meses a 2 anos.

Dirceu (ALENCAR, 2005), foi escolhida para ocupar o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, no qual permaneceu até 2010, quando foi eleita Presidenta do Brasil. Exerceu o primeiro mandato de 2011 a 2014, quando foi eleita para o segundo. Este, no entanto, foi interrompido por um *impeachment*, em 2016.

AS BIOGRAFIAS

Iara: reportagem biográfica teve a primeira edição publicada em 30 de março de 1992, pela editora Rosa dos Tempos. O livro teve 4 edições, sendo a última de 19 de abril de 1993, e está esgotado, sem previsão de reimpressão.

A autora Judith Patarra, jornalista e, na época da publicação, diretora da revista Saúde, da editora Abril, trabalhou entre 7 e 8 anos na escrita da obra – a qual ela denominou de “reportagem biográfica”, destacando seu caráter jornalístico. As fontes utilizadas por Patarra são principalmente entrevistas com familiares e amigos da biografada – a *Veja* apontou que foram mais de 100 (GIUDICE, 1992) –, mas também notícias publicadas na grande imprensa, panfletos e documentos, fotografias, outras biografias, depoimentos e a historiografia/literatura em geral sobre o tema.

Apesar das escassas informações sobre a jornalista, sabe-se que Patarra nasceu em 1935, na Alemanha, tendo hoje cerca de 83 anos. Estudou Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Rua Maria Antônia, na década de 1960 (OESP, 1992, p. 2), assim como Iavelberg, mas nunca a conheceu. Trabalhou em grandes veículos de mídia, como o *Jornal da Tarde*, *Veja*, *Cláudia*, *Superinteressante*, dentre outros.

O livro sobre Iara, com 521 páginas, está dividido em seis partes – Ipiranga, Maria Antônia, VPR, Lamarca, No estrangeiro e Bahia –, subdividas em capítulos, além do Prefácio – escrito pelo jornalista Alberto Dines –, Prólogo e Epílogo. Patarra buscou “reconstituir” toda a trajetória de Iara, contando a história de seus familiares anterior ao seu nascimento, sua infância, vida familiar, estudantil, militância e morte. Toda a narrativa é feita de maneira cronológica e linear.

A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil, por sua vez, teve a primeira e única edição brasileira publicada em 5 de dezembro de 2011, pelo selo Primeira Pessoa da editora Sextante. A tiragem inicial foi de 25 mil

exemplares, não houve reimpressões e atualmente encontra-se esgotado no estoque da editora, sem previsão de relançamento. Contudo, é possível adquiri-lo no formato digital, *e-book*.

O autor Ricardo Batista Amaral, jornalista, trabalhou, segundo afirmações do próprio, por menos de um ano na escrita da obra. A biografia é denominada por Amaral de “livro-reportagem” – relacionando-se com seu ofício de jornalista e a experiência prévia de 25 anos como repórter de política (THUM, 2011). A noção da reportagem aparece no próprio texto do livro, quando, em nota de abertura, Amaral afirma que procurou “fazer um relato objetivo dos fatos, como se espera de uma reportagem (...)” (AMARAL, 2011, p. 8)”. Segundo Paula Rocha e Cintia Xavier, “considera-se um livro-reportagem quando uma obra trata de acontecimentos ou de fenômenos reais e utiliza, para sua produção, procedimentos metodológicos inerentes ao campo do jornalismo, sem, contudo, descartar certas nuances literárias” (ROCHA & XAVIER, 2013, p. 7). O livro contém, em certa medida, as “nuances literárias” descritas pelas autoras – algumas reproduções de diálogos, linguagem mais acessível e narrativa mais poética. Não obstante, em grande parte, o autor opta por um discurso mais objetivo.

A biografia tem 304 páginas e é dividida em 22 capítulos, precedidos por uma nota explicativa do autor. Há duas seções com fotografias: da própria biografada, em diversos momentos de sua vida pessoal e pública, mas também de seus familiares, amigos, imagens de momentos históricos, cópias de documentos e notícias. No total, são 68 imagens, que provêm de fontes variadas, inclusive do acervo pessoal de Dilma. Os capítulos procuram abordar toda a vida da biografada, de sua infância até a chegada à presidência, de forma linear e cronológica – apesar de, em alguns momentos, durante a narrativa do passado, trazer elementos do futuro, de maneira teleológica. Esse aspecto, segundo Fernando Catroga, é típico da recordação: “a retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente” (CATROGA, 2015, p. 21).

USOS DOS PASSADO NAS BIOGRAFIAS

Não obstante os livros analisados tenham sido publicados em períodos diferentes – o primeiro no início da década de 1990 e o segundo no início dos anos 2010 –, ambos

os autores fizeram uma escolha bem demarcada ao optarem por biografadas mulheres. Judith Patarra poderia ter escolhido Lamarca; Ricardo Amaral poderia ter escolhido Lula. Contudo, embora tenham a condição feminina em comum, as duas personagens são construídas de maneiras muito distintas.

A Iara de Patarra usufrui de liberdade sexual incomum para sua época e seu meio, é extremamente vaidosa e, por isso, rompe com o estereótipo típico da guerrilheira, vista como masculinizada.

A Dilma de Amaral, por sua vez, não tem sua beleza física descrita pelo autor em momento algum – embora ele utilize o adjetivo “linda” para descrever outras militantes, como a própria Iara. A biografada é firme, direta, pouco vaidosa; optou por se casar duas vezes, sempre em relacionamentos estáveis e duradouros, deslocando-se do estereótipo de “puta comunista”, mas incorrendo em outro, o da guerrilheira masculinizada.

A historiadora Ana Maria Colling, ao realizar uma pesquisa com ex-militantes de organizações revolucionárias, concluiu que “além da caracterização da mulher militante como prostituta, a repressão trabalhava na tentativa de desmoralização com duas outras ideias: a de que as mulheres estavam buscando homens e a de mulher-macho” (COLLING, 1997, p. 84). Ainda que não sejam discursos ligados à repressão – muito pelo contrário, são críticos a eles, como se apresenta a memória dominante sobre a ditadura em geral –, é possível observar continuidades nas narrativas biográficas: a Iara de Patarra, de certa forma, estava à busca de homens; a Dilma de Amaral, mesmo que não explicitamente, possui as características esperadas pela sociedade de um homem.

Independentemente de serem mulheres diferentes, e poderem representar a pluralidade da atuação feminina no engajamento político das esquerdas revolucionárias, os autores constroem suas personagens de forma que as estratégias e convicções políticas postas naquele momento ficam de lado. Cada uma à sua maneira, com seus próprios atributos, encontrava formas de fugir à militância per se em que estavam envolvidas. Ambas são retratadas de como pacíficas e/ou inadequadas para a luta armada – Iara nunca pegou em armas, exceto para tirar sua própria vida⁸; Dilma nunca quis atirar, era míope (AMARAL, 2011, p. 13). Além disso, possuem suas agendas individuais e prioritárias, que não aquelas colocadas pelas organizações: Iara era “feminista” e queria lutar pelos

⁸ De acordo com a narrativa de Patarra. Sabe-se, porém, que Iara foi assassinada, como dito anteriormente.

direitos das mulheres; Dilma era uma mulher das massas, e apoiaria o que quer que elas apoiassem.

É possível observar, assim, duas estratégias diferentes de esvaziamento da luta revolucionária nas narrativas, em prol da inclusão de pautas mais referentes ao(s) tempo(s) presente(s) dos biografos. No caso de Iara, seria adequado para o contexto dos anos 1980 e 1990, e as demandas colocadas nesse período, que a “musa das esquerdas” fosse também feminista, livre e rebelde. Essa construção possibilitaria uma maior identificação com as mulheres leitoras do livro, brancas, de classe média, que questionavam o papel de soberanas apenas do espaço privado. Seria mais palatável conhecer a história de uma mulher que, acima de tudo, fora resistente e guerreira – mas não tão guerrilheira.

No caso de Dilma, recém-eleita presidenta da República quando do lançamento do livro e, antes disso, Ministra-Chefe da Casa Civil em dois mandatos do governo Lula, seria mais apropriado para a estabilidade do governo e a conciliação com as oposições a construção de uma “personagem” crítica às opções radicais e, sobretudo, muito democrática. Seu engajamento nas organizações revolucionárias causou estranhamento da mídia e das oposições antes mesmo do início da campanha eleitoral e esses incômodos precisavam ser atenuados.

Dessa forma, a luta armada não ocupa lugar central na narrativa específica sobre nenhuma das biografadas. Por que, então, os biografos escolheram mulheres guerrilheiras para escrever biografias se não pretendiam falar da guerrilha? No caso de Dilma, a eleição para a presidência pode ser usada como justificativa para um livro dedicado à sua trajetória de vida. Contudo, o caso de Iara é curioso: uma mulher que morreu muitíssimo jovem e dedicou os últimos anos de sua vida exclusivamente à luta revolucionária foi retratada como imprópria para ela.

É fato que a sociedade brasileira não apoiou a guerrilha; no entanto, quis conhecê-la. Porém, percebe-se um pré-requisito para que essas memórias sejam aceitas: um abrandamento dos discursos, uma tentativa de apaziguar os engajamentos. Esse abrandamento é, como vimos, resultado do mito da sociedade resistente, que precisava acreditar que foi contra a ditadura desde o princípio. Assim, viu na atuação das esquerdas revolucionárias a oportunidade de uma ressignificação e conseqüente transformação desta

em “braço armado da resistência democrática”. Como resultado, observamos nas biografias guerrilheiras que, “na verdade”, nunca tiveram intenção de guerrilhar – tinham apenas um “senso de justiça” aguçado e um incômodo latente com o regime autoritário. O desejo de subverter a ordem capitalista é minimizado, pois representaria uma ofensividade que a sociedade brasileira não estaria preparada para lidar.

Nos momentos em que essas ideologias ofensivas são colocadas em pauta, os fatos que se sobressaem nas trajetórias de vida das militantes, então, são aqueles que apontam possíveis contradições com as ideologias defendidas. Lembra-se das idas aos salões de elite, dos amores, das peças e filmes assistidos, dos questionamentos em relação às organizações; silencia-se sobre as funções dessas mulheres dentro da militância, de suas contribuições teóricas e estratégicas, de suas ações em nome das ideologias que defendiam. Uma lembrança mais adocicada e idealizada, mais conciliatória, tem lugar garantido na memória dominante sobre a ditadura.

Mesmo em suas biografias, que pretendem se distanciar tanto dos discursos defendidos pelo “antigo regime” ditatorial, notamos uma aproximação em relação à interpretação do engajamento das mulheres: elas estão presas no espaço privado; invisíveis no espaço público. Os livros, dessa forma, reproduzem estereótipos tradicionais a respeito dos papéis femininos. Seus cargos dentro das organizações são esquecidos ou não são os aspectos centrais que os livros se propõem a expor. A ofensividade da luta armada, seu aspecto *revolucionário*, não gera empatia entre o público leitor e, por isso, é secundarizado, por vezes terceirizado – não parece ser “coisa de mulher”.

Embora não mais em um contexto de Estado autoritário, a sociedade brasileira continua com uma estrutura fortemente patriarcal, diretamente refletida nas narrativas biográficas. Mesmo quando decidiram por adentrar o espaço público, engajar-se em causas *revolucionárias* por vontade própria, as prioridades dessas mulheres são invertidas e *recordadas* como mais brandas, menos políticas, e mais pessoais. Há uma tentativa, diretamente influenciada pelo machismo e pelos papéis de gênero, de enquadrá-las o máximo possível em papéis de “feminilidade” aceitáveis dentro das biografias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Kennedy. Lula confirma Dilma para a vaga de Dirceu na Casa Civil. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 21 jun. 2005. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200502.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. São Paulo: Sextante, 2011.

‘ANOS Rebeldes’ desperta reações emocionadas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1992, Caderno 2, Televisão, p. 2.

AZEVEDO, Solange. A descoberta política no Colégio Central. **Istoé**, 1 nov. 2010. Disponível em:

<https://istoe.com.br/103661_A+DESCOBERTA+DA+POLITICA+NO+COLEGIO+CENTRAL/>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BAHIA vai investigar denunciados na lista. **O Estado de S. Paulo**, 26 nov. 1977.

BIOGRAFIA da presidenta. Governo do Brasil, 11 jan. 2011. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/biografia-da-presidenta>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade - Relatório**. Vol. III - Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL: NUNCA MAIS. Sumário do BNM 095. Disponível em:

<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/095.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Sumário do BNM 158. Disponível em:

<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/158.html#T2>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Sumário do BNM 186. Disponível em:

<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/186.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CARVALHO, Luiz Maklouf. As armas e os varões: a educação política e sentimental de Dilma Rousseff. **Revista Piauí**, ed. 31, abr. 2009.

CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

COMISSÃO ESTADUAL DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA DO ESTADO DE MINAS (CEIVT). **Depoimento de Dilma Vana Rousseff**. Rio Grande do Sul, 25 out. 2001, p. 1. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2000092_001027_2012_80.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CORDEIRO, J. M. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Auto de qualificação e interrogatório - Dilma Vana Rousseff Linhares**. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 26 fev. 1970, p. 1332. Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=catequese%20do>. Acesso em 31 jan. 2019.

_____. **Prontuário - Dilma Vana Rousseff Linhares**. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 19 fev. 1970. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPDO02556.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. **Prontuário - Iara Iavelberg**. Secretaria da Segurança Pública, São Paulo, 11 jul. 1968. Disponível em:

- <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPIO00031.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2019.
- DILMA Rousseff. Primeira mulher a ser eleita presidente no Brasil, Dilma sofreu impeachment no Congresso. Porém, conseguiu manter o direito de assumir cargo público. *Época*, 30 jun. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
- GIUDICE, C. História revisitada. Entrevista: Judith Patarra. **Revista Veja**, 12 de agosto de 1992.
- LEITE, Isabel. Comandos de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969). Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- LVOVICH, D.; BISQUERT, J. **La cambiante memoria de la dictadura**: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.
- MARTINS, M. Iara à semelhança de Olga. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mai. 1992.
- MONCAU, Gabriela. Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg. **Revista Adusp**, out. 2013, p. 63. Disponível em: <<https://adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- MOURA, Mariluce. Narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados. Entrevista com Ecléa Bossi. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 218, abril, 2014. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/ecléa-bosi-narrativas-sensíveis-sobre-grupos-fragilizados/>>. Acesso em: 25 mai. 2018.
- OLIVEIRA, Joelma Alves de. POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007
- PAMPLONA, Mariana. **Clandestina, a vida de Iara Iavelberg em dois roteiros**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- POLOP vem contestar hegemonia dos PCs. **Memorial da democracia**, s./d. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/a-polop-contesta-o-dogmatismo>>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- REDAÇÃO. “Aparelho” estourado revela dois documentos de Lamarca. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, 1º Caderno, p. 14.
- ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, v. 7, n. 14, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/Rumores/article/view/69434/72014>>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- SÃO PAULO. **Ficha - Iara Iavelberg**. Secretaria de Segurança Pública - Departamento de Ordem Política e Social, 1968. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPIO00031.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- _____. Justiça Militar Federal - 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 jun. 1979, p. 104.

_____. Proclamas de casamento. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 mai. 1960, p. 51.

_____. Vara da Família e das Sucessões. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1965, p. 38.

HUM, Tássia. 'Presidência jamais esteve nos planos', diz autor de livro sobre Dilma.

G1, Rio de Janeiro, 15 dez. 2011. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/presidencia-jamais-esteve-nos-planos-diz-autor-de-livro-sobre-dilma.html>>. Acesso em: 31 jan. 2019.